



paradoxos

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIAS, EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO | FACED (UFU)
VOL.1 | Nº1 | JANEIRO - JUNHO | 2016



NOVOS DISPOSITIVOS DE COMUNICAÇÃO E CENSURA: INTERNET, VIGILÂNCIA E CONTROLE NO CAPITALISMO ATUAL

Rafael Grohmann

Resumo: O artigo propõe a reflexão sobre os novos dispositivos de comunicação e censura na contemporaneidade. Para tanto, apresenta: a) um panorama sobre a "censura clássica" ou "de Estado"; b) as mudanças ocorridas desde os anos 1990 no capitalismo e na comunicação; c) as conceituações de vigilância e do controle a partir de Foucault e Deleuze; d) como podemos pensar os novos dispositivos de comunicação e censura na Internet a partir de dois autores atuais: Julian Assange e Christian Fuchs.

Palavras-chave: Comunicação; Censura; Internet.

Abstract: The paper presents a reflection on the new communication and censorship devices in contemporary capitalism. Thus, it seeks to understand: a) an overview of the "classical censorship" or "State"; b) the changes since the 1990s in capitalism and communication c) conceptions of surveillance and control from Foucault and Deleuze d) how can we think the new communication and censorship devices and Internet from two current authors: Julian Assange and Christian Fuchs.

Keywords: Communication; Censorship; Internet

1. Introdução

O campo acadêmico também é marcado por termos-chave que demarcam uma época, como um zeitgeist. A título de ilustração – com o risco de parecer simplista: se nos anos 1970 e 1980 (ou em estudos sobre esta época), conceitos como "classe", "trabalho" e "censura" eram hegemônicos, atualmente eles perdem força para expressões como "interatividade", "criatividade" e "convergência".

Ora, não há nada de errado em mostrar como a comunicação e as tecnologias se modificaram nos últimos anos. Entretanto, é reduzir a complexidade da realidade achar que vivemos em uma sociedade "sem trabalho" (onde, por exemplo, o lazer é predominante), "sem classes" e "sem censuras". Afinal, falar em censura também é falar em liberdade de expressão. Minha trajetória de pesquisa tem sido mostrar como estes conceitos, por vezes considerados como pertencentes a outras épocas, se reconfiguram e permanecem atuais.

A partir deste pano de fundo, o objetivo deste artigo é apresentar uma reflexão inicial sobre como os dispositivos de censura e controle à comunicação se modificam ao longo dos tempos, atentando-se à questão da Internet atualmente. Para tanto, abordaremos: a) um panorama sobre a "censura clássica" ou "de Estado"; b) as mudanças ocorridas desde os anos 1990 no capitalismo e na comunicação; c) as conceituações de vigilância e do controle a partir de Foucault e Deleuze; d) como podemos pensar os novos dispositivos de comunicação e censura na Internet a partir de dois autores atuais: Julian Assange e Christian Fuchs.

Antes de falar sobre censura, gostaríamos de esclarecer o termo "dispositivo", enunciado já no título deste artigo. O conceito possui historicidade na obra de Foucault (2000, p. 244),

para quem o dispositivo engloba discursos, organizações, leis, entre outros, sendo a rede que se estabelece entre os elementos. Giorgio Agamben, dialogando com Foucault, atualiza o conceito. Para ele, dispositivo é "qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes" (Agamben, 2009, p. 40), sendo que, com as tecnologias, os dispositivos se proliferam.

2. A Censura Clássica

Os signos são a matéria-prima da comunicação, entendida como atividade humana (Figaro, 2012). Com as palavras, criamos universos semânticos e sociais, formamos e navegamos em visões de mundo. Pois os signos, enquanto materialidade ideológica (Bakhtin/ Volochinov, 2010), são envolvidos em disputas de sentido. Como afirma Schaff (1976), as palavras são práticas sociais solidificadas.

Então, se, por um lado, as palavras podem adquirir um caráter libertário, elas podem ser consideradas perigosas por quem exerce dominação. Trata-se de uma censura à comunicação. Por isso, o "controle dos signos" (Coetzee, 2008) se torna importante para compreender a "censura clássica" ou "censura estatal".

É importante salientar que a censura às palavras não se inicia com a "censura estatal", pois a Igreja Católica, desde a Inquisição, na Idade Média, trata de controlar e censurar o que era considerado inadequado para o momento, como afirma Ginzburg (2006), em "O Queijo e os Vermes", ao comentar o cenário de repressão à cultura popular no caso de Menocchio. Ou seja, parafraseando Weber (1999), a censura já importava na "dominação carismática" antes da "dominação burocrática-estatal".

No Brasil, a Igreja também tem um importante papel para tornar a censura uma constante na vida cotidiana do país. Segundo Cristina Costa (2006), no Brasil Colônia, a Igreja e a Monarquia "trataram sempre de controlar, aculturar e reprimir tudo aquilo que parecesse estranho, inadequado, libertário ou inconveniente aos olhos e interesses dos colonizadores" (Costa, 2006, p. 27).

A partir desta herança colonial, Costa (2006) compreende a censura no Brasil ao longo dos tempos a partir da relação de dependência com o Estado e o autoritarismo da sociedade brasileira, com valores anti-democráticos. O "discurso autoritário" (Chauí, 1993) está no cotidiano dos brasileiros, nos atos, por vezes, despercebidos. "A história mostra que no Brasil, e em toda a América Latina, fomos sempre mais atraídos pelos movimentos centralizadores, coercitivos e ditatoriais do que pelos ventos arejados da democracia" (Costa, 2006, p. 254).

Além disso, há um repúdio ao pensamento popular e a seus credos: tudo o que é popular é desprezado. A censura é justificada sob o argumento "da moral e dos bons costumes". A censura ao popular, tido como algo "baixo", é algo recorrente nas relações de comunicação atualmente. "O preconceito secular das elites em relação à mestiçagem da cultura colonial tornava fácil a aceitação desses princípios e dos mecanismos de censura" (Costa, 2006, p. 54). Trata-se de uma elite conservadora acostumada a controlar e vigiar a cultura popular.

Ao longo dos tempos, principalmente a partir dos governos de Getúlio Vargas, a censura se burocratizou a partir do aparato estatal, censura que denominamos "censura clássica" ou "censura direta". Ou seja, há uma laicização da censura, instituída nos "aparelhos ideológicos de Estado" (Althusser, 1985), sob a forma burocrática, impessoal. Para Weber (1999), a burocracia é o retrato da racionalização de todas as esferas da vida, por quem tem o monopólio da

violência legítima: o Estado. No Brasil pós-1930, órgãos censórios são criados e a figura mais visível desta burocracia é o censor, enquanto uma função orientada por dispositivos legais, atuando a partir de censuras prévias aos produtos culturais.

No Cenário da Guerra Fria, há também a "guerra fria cultural", traduzida no Brasil principalmente a partir da Ditadura Militar instituída em 1964. Com os Anos de Chumbo, a censura se torna cada vez mais policial e política, com aparatos estatais de vigilância à vida privada. As tecnologias começam a ajudar na escuta e no controle. É o Estado vigiando a vida das pessoas, tornando as atividades de censura e auto-censura como algo corriqueiro na vida cotidiana brasileira, sendo que, a partir do livro de Cristina Costa (2006), podemos observar quatro grandes preocupações censórias ao teatro brasileiro: censura moral, censura política, censura religiosa e censura social.

Com o fim da Ditadura Militar e a promulgação da Constituição de 1988, a censura deixa de ser assimilada à polícia e deixa de existir enquanto um órgão oficial de Estado. O aparato censório se desarticula, mas isso não quer dizer que a censura deixa de existir, enquanto um entrave à crítica e à livre-expressão (Costa, 2006).

O Estado, então, deixa de ser o único ator no processo censório, em um cenário de mudanças no papel do Estado principalmente a partir do governo Collor, de privatização da cultura (Tao-Wu, 2006), em uma era dos "conglomerados", pertencentes ao capital internacional e com o maior desenvolvimento dos meios de comunicação e das tecnologias, principalmente a partir do advento da Internet. "Isso não significa que o Estado tenha abdicado de sua função controladora das artes e da cultura, mas que encontrou novas formas de manipulação" (Costa, 2006, p.262), como as leis de incentivo e a justiça comum, como o Estado oferecendo recursos à censura em parceria com atores privados.

Ou seja, há uma reconfiguração dos dispositivos de censura à comunicação a partir da virada de século, principalmente a partir de novos atores e dos aparatos tecnológicos.

3. Mudanças no Capitalismo e na Comunicação

O capitalismo se modificou nas últimas décadas. As terminologias são muitas: pode ser chamado de "novo espírito do capitalismo" (Boltanski; Chiapello, 2009), de "capitalismo leve" (Bauman, 2001) ou "acumulação flexível do capitalismo" (Harvey, 2009), para citar somente alguns autores. Para além da taxonomia, o que importa é compreender que há mudanças no modo de trabalhar e de se comunicar (Figaro; Nonato; Grohmann, 2013), com a flexibilização das relações de trabalho, o trabalho digital, a internet e as redes sociais.

Neste momento, as redes representam um ingrediente constitutivo das atividades de comunicação e trabalho. Pois então, "a razão fundamental da necessidade estrutural de flexibilidade e autonomia é a transformação da organização do processo de produção" (Castells, 2010, p. 59).

É certo também falar que as indústrias midiáticas passaram por grandes transformações no final do século XX e no início do século XXI: elas são agentes econômicas de primeira linha, dentro da lógica dos "conglomerados" (Wu, 2012). Como diz Dênis de Moraes (2013), há um sistema midiático com flexibilidade operacional e tecnoproductiva, com uma crescente interseção entre "capital financeiro" e "capital midiático", ocorrendo uma desterritorialização do parque produtivo. "Há uma íntima relação entre a desterritorialização da produção e as instâncias de controle de todo o fluxo empresarial" (Moraes, 2013, p. 31).

Segundo Jessé Souza (2010), com estas mudanças no capitalismo, há a colonização de

uma nova semântica a serviço do capital. Chega-se a falar, inclusive, em "trabalho com afeto" (Negri; Hardt, 2006), que seria o "trabalho com sorriso". Trata-se de um universo onde expressões como "auto-comunicação de massa" (Castells, 2010) e "cultura da convergência" (Jenkins, 2009) são hegemônicas. Para McKercher e Mosco (2007), devemos desnaturalizar conceitos como o de "convergência", entendendo-a como um constructo cultural, que faz parte de um mito sobre redes globais unindo o mundo em um capitalismo-sem-fricção.

Nesta "nova semântica", com o "imperativo da flexibilidade", palavras como "felicidade" (Freire Filho, 2010) e "liberdade" são centrais. Em nossa pesquisa de mestrado (Grohmann, 2012), consideramos que os jornalistas freelancers pesquisados tinham discursos ajustados às prescrições do "novo espírito do capitalismo", pois afirmavam que o "melhor de ser frilá" é a liberdade de trabalhar onde quiser, como quiser e com quem quiser. Como pensar, então, a censura neste cenário "cor-de-rosa" de aparência de liberdade total? Buscamos pensar este contexto a partir de Michel Foucault e Gilles Deleuze e suas concepções de vigilância e controle.

4. Vigilância e Controle em Foucault e Deleuze

Os filósofos Michel Foucault e Gilles Deleuze, cada um à sua maneira, ajudam a compreender os diferentes momentos da censura, a partir de dois conceitos próximos: vigilância e controle. Nós entendemos que não podemos compreender as novas formas de censura à comunicação sem a apreensão destes dois conceitos-irmãos. Apesar de a palavra "vigilância" estar mais associada ao vocabulário de Foucault e a de "controle" ao de Deleuze, com cada um desenhando um cenário específico, ambas são igualmente essenciais atualmente.

A trajetória acadêmica de Foucault é marcada pela preocupação na compreensão dos micro-poderes e seus dispositivos envolvidos na sociedade, a normalização das formas de conduta, os disciplinamentos e as censuras ou interdições. No livro "A Ordem do Discurso", ele mostra os procedimentos de exclusão por meio do discurso e, como, aos "loucos", a palavra só era dada simbolicamente. A palavra proibida ou interdição é um dos princípios de exclusão por meio do discurso. Portanto, a produção do discurso "têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade" (Foucault, 1996, p. 9).

A disciplina é um princípio de controle do discurso e serve para tornar os indivíduos úteis, dóceis e obedientes à sociedade, chegando até mesmo a impactar em seus corpos, a partir do exercício do biopoder ou da biopolítica (Foucault, 2008; Aídar Prado, 2013). O "poder pastoral" (Foucault, 1995) é uma das formas de disciplinamento, onde a partir de palavras de ordem, naturaliza-se a verdade e os mecanismos de controle.

Em "Vigiar e Punir", Foucault (2007) mostra como este disciplinamento está ligado a uma "sociedade da vigilância". "Somos bem menos gregos que pensamos. Não estamos na arquibancada, nem no palco, mas na máquina panóptica" (Foucault, 2007, p. 179). O panóptico, de Jeremy Bentham, retomado por Foucault, é a síntese dessa vigilância: o ver sem ser visto, a despersonalização do poder, a interiorização das normas pelo indivíduo a partir de sua exposição constante aos olhos que vigiam. Este modelo de vigilância pelo confinamento ocorre em lugares como prisões, hospitais e escolas.

Com o intuito de generalização do disciplinamento, há duas imagens: a "disciplina-bloco" e a "disciplina-mecanismo". Enquanto a primeira se relaciona às proibições e rupturas de comunicação, a "disciplina-mecanismo" funciona a partir de mecanismos flexíveis, com técnicas

múltiplas de vigilância: "um desenho das coerções sutis para uma sociedade que está por vir" (Foucault, 2007, p. 173).

De alguma maneira, a vigilância foucaultiana ainda está ligada, de alguma forma, ao poder estatal na "criação de indivíduos úteis", se relacionando, de alguma forma, à "censura clássica", apesar dele já entender o panoptismo como uma "disciplina-mecanismo". Gilles Deleuze (1992), nos ensaios "Controle e Devir" e "Pós-Scriptum Sobre as Sociedades de Controle", nos ajuda a avançar nesta temática a partir do conceito de "sociedade do controle".

Para Deleuze (1992), há uma crise generalizada nos meios de confinamento, pois a base para o controle não é exatamente disciplinar. Há novos tipos de educação, tratamento e sanções, a partir de educação à distância, atendimento a domicílio e hospitais abertos. No entanto, para Deleuze, uma das marcas do capitalismo atual é esconder o controle sob a aparência de total liberdade. "Face às formas próximas de um controle incessante em meio aberto, é possível que os confinamentos mais duros nos pareçam pertencer a um passado delicioso e benevolente" (Deleuze, 1992, p. 216).

Um exemplo atual: o programa "Nota Fiscal Paulista", do governo estadual de São Paulo, é lembrado por muitos usuários como a chance de receber prêmios ou de ter o dinheiro do imposto restituído, mas, por vezes, não se lembram que o Estado passa a ter o controle de todos os gastos dos indivíduos.

Segundo Deleuze (1992), a linguagem do controle é numérica e o controle não se dá pelo homem confinado, mas pelo homem endividado, o que mostra a generalização do controle por toda a sociedade. Os confinamentos seriam moldes, enquanto o controle dar-se-ia por modulações. As máquinas cibernéticas, para ele, seriam perfeitas para esta sociedade do controle, onde o poder é rizomático, sem centro, escapando pelas bordas (Deleuze; Guatarri, 2000).

Neste cenário desenhado por Deleuze, o controle se dá por meio da comunicação: se a comunicação é instantânea, o controle é contínuo (retomaremos este argumento adiante com Assange (2013)). Portanto, para o autor, só haveria uma maneira de tentar cessar o controle nesta "sociedade da comunicação": criar pequenos vácuos de não-comunicação.

Talvez a fala, a comunicação, estejam apodrecidas. Estão inteiramente penetradas pelo dinheiro: não por acidente, mas por natureza. É preciso um desvio de fala. Criar foi sempre coisa distinta de comunicar. O importante talvez venha a ser criar vacúolos de não-comunicação, interruptores, para escapar ao controle (Deleuze, 1992, p. 217).

Ou seja, Deleuze (1992) nos dá um pano de fundo para compreender as novas formas de controle à comunicação na sociedade atual, envolvendo a internet e as redes sociais. No entanto, o autor morreu em 1995, sem conhecer a web 2.0, apesar de falar na comunicação instantânea e no controle contínuo, imagem perfeita para a sociedade que vive 24 horas em seus smartphones e dezenas de aplicativos. Segundo Calvino (1993), um clássico pode ser definido por sua capacidade de se manter atual ao longo dos tempos, que nunca terminou aquilo que tinha para dizer. Por isso, trazer Foucault e Deleuze para o debate: seus textos parecem ter sido escrito na efervescência digital de nossos tempos. Na seção seguinte, discutiremos como estas concepções de "vigilância" e "controle" aparecem em dois autores atuais: Julian Assange e Christian Fuchs.

5. Comunicação, Internet e Vigilância

Após observarmos os mecanismos de censura à comunicação pelo Estado – a chamada "censura clássica", como o capitalismo e a comunicação mudaram nas últimas décadas e como dois autores "clássicos" como Foucault e Deleuze nos ajudam a compreender este contexto, procuramos trazer dois autores atuais que têm procurado pensar as questões de comunicação e controle no mundo de hoje, principalmente com a Internet: Julian Assange e Christian Fuchs.

Christian Fuchs é mais acadêmico, um austríaco professor na Universidade de Westminster, na Inglaterra, procurando pensar, a partir de uma teoria crítica, baseada em parâmetros marxistas, questões de exploração e vigilância nas redes sociais. Já Julian Assange, um dos responsáveis pelo Wikileaks, tem menos amarras acadêmicas, sendo mais um ativista, o que de nenhuma forma invalida seu pensamento: apenas possuem diferentes "lugares de fala". Ele lançou o livro *Cyberpunks*, para discutir a liberdade e o futuro da internet. "Cyberpunks" é o termo utilizado para "cyberpunks" ou "punks da internet" que utilizam criptografia.

Ambos tratam do conceito de vigilância e Assange (2013) acha difícil dissociar vigilância de controle: "precisamos lidar com os dois problemas" (Assange, 2013, p. 45). Para Fuchs (2011), o conceito é político e deve ser tomado como algo sempre negativo e não neutro. Entender certas "vigilâncias" como boas é compactuar, em sua visão, com todos os tipos de vigilância. Ela deve ser tomada também como algo total na sociedade: "reduzir a vigilância ao nível das tecnologias de vigilância não apenas a afasta de sua dimensão social, é uma forma de reducionismo tecno-determinista e de fetichismo que reifica a vigilância e dessa forma destrói o potencial crítico do conceito (Fuchs, 2011, p. 122).

Julian Assange segue no mesmo caminho. "a vigilância não constitui um problema apenas para a democracia e para a governança, mas também representa um problema geopolítico. A vigilância de uma população inteira por uma potência estrangeira naturalmente ameaça a soberania" (Assange, 2013, p. 20) Para o autor, ainda, a questão da vigilância precede a da censura: é mais ampla, sendo que somente a ponta do iceberg da censura é pública. "A censura, em termos gerais, é um sub-produto da vigilância, seja na forma de autocensura ou na de uma censura técnica, e acho que um jeito importante e transmitir isso às pessoas é evitando termos técnicos" (Assange, 2013, p. 45).

Para ambos os autores, ainda, devemos considerar a "vigilância econômica", mas não podemos nos esquecer da reestruturação da "vigilância de Estado", um novo Estado de vigilância. A censura direta não é extinta no mundo, pois há, em sua opinião, censura de Estado na Internet e há uma militarização do ciberespaço. A questão é que não são somente alguns Estados vigiando: a vigilância é generalizada, e portanto, seria mais óbvia agora. O Estado, então, para Assange (2013, p. 27),

se agarraria como uma sanguessuga às veias e artérias das nossas novas sociedades, engolindo sofregamente todo relacionamento expresso ou comunicado, toda página lida na internet, todo e-mail enviado e todo pensamento buscado no Google armazenando esse conhecimento, bilhões de interceptações por dia, um poder inimaginável, para sempre, em enormes depósitos ultrassecreto (Assange, 2013, p. 27).

Para ele, o Estado já eliminou grande parte da liberdade e os únicos sujeitos que seriam capazes de manter esta liberdade são aquelas que conhecem intimamente o funcionamento

do sistema. Então só uma elite high-tech rebelde é que será livre, esses ratos espertos correndo pela ópera" (Assange, 2013, p. 157).

Os conglomerados de comunicação também exercem poder sobre a sociedade (Castells, 2010; Wu, 2012). É preciso entender a internet como um importante ator social e econômico. Como diz Assange (2013, p. 47),

a internet é sustentada por interações comerciais extremamente complexas entre fabricantes de fibra óptica, fabricantes de semicondutores, companhias de mineração que extraem os materiais e todos os lubrificantes financeiros que possibilitam o comércio, tribunais para garantir a aplicação das leis relativas à propriedade privada e assim por diante. Então na verdade esse é o topo da pirâmide de todo o sistema neoliberal.

Além disso, a tecnologia viabiliza a vigilância total de todas as comunicações. "Se você for um usuário-padrão, o Google sabe com quem você se comunica, quem você conhece, o que está pesquisando e, possivelmente, sua preferência sexual, sua religião e suas crenças filosóficas." (Assange, 2013, p. 71).

Isto é, em conformidade com Deleuze (1992), Assange (2013) considera que a maior possibilidade de comunicação implica em uma capacidade totalizadora de vigilância. "Uma maior comunicação significa que temos mais liberdade em relação às pessoas que estão tentando controlar as ideias e criar o consenso, e uma maior vigilância significa exatamente o contrário" (Assange, 2013, p. 43). Cortar a comunicação ou criar "vácuos de comunicação", como dizia Deleuze (1992), seria perder capital social e a capacidade de formar redes em uma sociedade que valoriza isso.

Portanto, há uma "vigilância econômica" e das empresas em relação à privacidade dos sujeitos-usuários. Fuchs (2012b) chega a criticar Foucault e outras teorias que vem de uma tradição crítica, mas que subestimam o papel da economia capitalista no exercício da vigilância.

Assange (2013) considera o Facebook como o panóptico perfeito, pois as pessoas divulgam desde suas ideias políticas até suas comunicações familiares na rede social, e os usuários ainda ficam felizes em compartilharem todas as informações de suas vidas. "O Facebook ganha dinheiro reduzindo a distinção dessa linha entre privacidade, amigos e publicidade. E eles também armazenam os dados que você acredita serem restritos aos seus amigos e às pessoas que você ama" (Assange, 2013, p. 72).

Neste quesito, Assange (2013) e Fuchs (2012a) consideram que, nas redes sociais, como o Facebook ou o WhatsApp, o sujeito-usuário não é o cliente. Na verdade, ele é mesmo a mercadoria, o produto, uma commodity. "Eles não chamam as pessoas de 'assinantes', 'usuários' ou qualquer termo do gênero; eles as chamam de 'alvos'" (Assange, 2013, p. 75).

Fuchs (2012) diz que Dallas Smythe (2006) já pensava o usuário como commodity. Um target a ser vendido aos anunciantes e colocado como publicidade "autêntica" e "feito para você" nas páginas das redes sociais. "Vocês, os membros da audiência, contribuem com o seu tempo de trabalho não remunerado e, em troca, você recebe o material do programa e a propaganda explícitas" (Smythe, 2006, apud Fuchs, 2012a, p. 15).

Mas, para Christian Fuchs (2012a), hoje o usuário é um duplo objeto de mercadorização/commoditização. Ele é, "por si só uma mercadoria, e através desta mercantilização sua consciência torna-se permanentemente exposta à lógica da mercadoria enquanto ele está on-line

sob a forma de publicidade" (Fuchs, 2012a, p. 712).

Então, quanto mais tempo o usuário ficar on-line, mais tempo de publicidade o anunciante terá, sendo que ele não só recebe publicidade, mas é material para o target, a partir de seus dados pessoais, interesses e conversas. Para Fuchs (2013), devemos considerar a cultura de participação na web como uma ideologia, quase como um imperativo, pintando de "cor-de-rosa" um mundo de liberdade e autenticidade, sem ver exploração ou controle.

A visibilidade das redes sociais é também um elemento a ser considerado, pois possibilitou o que podemos chamar de "sociedade do stalker": somos vovyers uns dos outros nas redes sociais, desde olhar se o amigo está online ou off-line ou se visualizou a sua mensagem e não respondeu. Fuchs e Trottier (2013) afirmam que isso é um aumento mútuo de vigilância: a visibilidade voluntária faz aumentar a visibilidade involuntária. Para ele, a vigilância dos usuários na internet inclui: a) vigilância dos dados do perfil pessoal; b) vigilância do conteúdo produzido; c) vigilância da navegação e do comportamento de "cliques"; d) vigilância nas relações sociais e das redes; e) vigilância da comunicação.

Outro ponto de pesquisa de Christian Fuchs é o controle ou a vigilância no trabalho – no local de trabalho e da força de trabalho, tema este também pesquisado ultimamente por Roseli Figaro no Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura (Obcom).

Fuchs (2012a) coloca a importância de estudar a "vigilância econômica" sob o prisma de Karl Marx, para quem a vigilância é vista como um aspecto da luta entre capital e trabalho e como elemento necessário para a produção capitalista. Harry Braverman (1981) já havia escrito que a história do capitalismo é permeada pela história do controle da força de trabalho, a partir da tecnologia e de métodos de gestão do trabalho.

A vigilância da força de trabalho, para Fuchs (2012a), é a vigilância da atividade dos funcionários, incluindo medição de desempenho e avaliação da atividade de trabalho para tornar o processo de trabalho mais eficiente, produzindo mais-valia em menos tempo. Há formas de vigilância da força de trabalho e no local de trabalho desde a sociedade escravocrata até atualmente, tomando formas tecnológicas, envolvendo as redes sociais. É preciso, então, na visão de Fuchs e Trottier (2013), fazer o que Roseli Figaro (2008) vem fazendo no Brasil: compreender as mudanças que o mundo do trabalho vem passando para compreender as novas questões de vigilância e censura à comunicação no mundo do trabalho com a era da Internet.

Para o autor, uma das mudanças é o que chama de playbour ou playbor, conceito também trazido por Küklich (2005): a indefinição sobre o que é lazer e o que é trabalho. Com este embaralhamento de fronteiras, há, muitas vezes, a percepção do trabalho como um "jogo", o que ajuda a justificar trabalhos precários ou não-remunerados a partir do jogo. A partir disso, com uma dimensão crítica, Fuchs e Trottier (2013) trazem o conceito de workplace (ou algo como "local de trabalho e jogos").

Christian Fuchs e Daniel Trottier (2013), então, compreendem dois tipos de vigilância no mundo do trabalho envolvendo as redes sociais: a) as mídias sociais corporativas como um workplace (ou mesmo local de trabalho) vigiado; b) o Facebook e as redes sociais convencionais como tecnologias para a vigilância do trabalho assalariado nos locais de trabalho convencionais.

No primeiro caso, quando os usuários utilizam as mídias corporativas no local de trabalho, "se envolvem em um trabalho de criação de valor que é constantemente monitorado e se sentem como em um jogo" (Fuchs; Trottier, 2013, p. 49). No caso das redes sociais tradicionais, as seções de Recursos Humanos (RH) das empresas utilizam-nas para obter informações

detalhadas sobre a vida dos funcionários, bem como o seu perfil, de modo que se tornou uma prática recorrente as empresas verificarem os perfis dos candidatos nas redes sociais. Segundo Fuchs e Trottier (2013, p. 49), "uma pesquisa mostrou que em 2009, 45% das empresas norte-americanas usaram as mídias sociais para vigilância recorrente".

Para o autor, o monitoramento do empregador nos perfis dos profissionais é uma prática social irresponsável, pois permitiria as empresas serem "voyeurs indetectáveis", tomando decisões de emprego com base em informações muito pessoais, ou mesmo a partir de questões ideológicas: "ela é muito conservadora ou muito liberal"; "ela é uma pecadora do ponto de vista da preferência sexual" (Fuchs; Trottier, 2013, p. 51).

Com isso, as empresas têm o poder de controlar e determinar vários aspectos da vida dos trabalhadores e também dos consumidores, no processo de comunicação. Para os autores,

proteger os funcionários e candidatos a emprego de decisões que estão sendo tomadas com base em informações provenientes de mídia social é importante porque há uma relação assimétrica de poder entre empregadores e gestores, de um lado e de funcionários e candidatos, por outro lado. Há uma relação de classe, isto é, uma relação assimétrica (Fuchs; Trottier, 2013, p. 51).

A vigilância e o controle se dão de múltiplas formas, e de alguma forma, também multi-plataforma. Podemos dizer, então, que se trata de uma censura "convergente" ou adaptada aos parâmetros da cultura da convergência (Jenkins, 2009). Como diz Fuchs (2013, p. 220), "o trabalho digital é baseado na vigilância, no sangue e no suor do trabalho super-explorado nos países em desenvolvimento. O pós-fordismo não substitui o taylorismo, mas se parece mais com uma forma ainda mais sangrenta do taylorismo". Ao enxergar o trabalho como jogo ou playbor, apenas mascaramos as novas formas de controle e censura à comunicação no "trabalho digital".

De alguma forma, Christian Fuchs e Julian Assange (bem como Daniel Trottier (2012), citado neste artigo, autor de "Social Media as Surveillance: rethinking visibility in a converging world") concordam que há uma reestruturação dos modos de censura, controle e vigilância à comunicação nos últimos anos, sendo que a pesquisa sobre o uso de mídias sociais como instrumentos recorrentes de vigilância é uma área relativamente nova e precisa ser mais bem explorada.

6. Considerações Finais

O artigo propôs uma reflexão inicial sobre os caminhos da censura ao longo dos tempos e suas mudanças a partir da virada do século XX para o XXI, com a crescente utilização dos dispositivos tecnológicos e da internet para vigilância e controle, como vimos a partir de conceitos clássicos de Foucault e Deleuze.

A censura clássica ou de Estado verificada a partir da censura ao teatro brasileiro não desapareceu: ela toma novas formas, a partir, inclusive, da parceria com atores privados. A censura econômica ganha nova forma a partir das prescrições do zeitgeist atual do capitalismo, marcado pelo "imperativo da flexibilidade".

As redes sociais aparecem como um campo fértil de pesquisa à censura e ao controle à comunicação seja em âmbito geral ou no mundo do trabalho. Compreender a comunicação hoje somente como "revolucionária" é desconhecer o alerta de uma das personalidades mais

influentes dos últimos anos, Julian Assange. É um observar o mundo com o olhar míope.

Falar de censura, de controle e de vigilância à comunicação no mundo de hoje é lidar com o contraditório, é lidar com o que as pessoas acham que não existe mais. Os signos proibidos hoje não são interditados da forma clássica. Somos tentados a acreditar que podemos falar e fazer de tudo. As interdições são, como diz Deleuze (1992), mais sutis, parecendo libertárias, e por isso, muito mais cruéis.

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? In: O que é o contemporâneo? e outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009, p. 25-51.

AIDAR PRADO, José Luiz. Convocações Biopolíticas dos Dispositivos Comunicacionais. São Paulo: Educ, 2013.

ASSANGE, Julian. Cypherpunks: liberdade e o futuro da Internet. São Paulo: Boitempo, 2013.

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos Ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BAKHTIN, Mikhail/ VOLOCHINOV. Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Hucitec, 2010

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2001.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. O Novo Espírito do Capitalismo. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BRAVERMAN, Harry. Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CALVINO, Ítalo. Por Que Ler os Clássicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CASTELLS, Manuel. Comunicación y Poder. Madrid: Alianza, 2010.

CHAUFÍ, Marilena. Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 1993.

COETZEE, John Maxwell. Contra la Censura: ensayos sobre la pasión por silenciar. Barcelona: Debolsillo, 2008.

COSTA, Cristina. Censura em Cena: teatro e censura no Brasil. São Paulo: Edusp, Fapesp, Imprensa Oficial, 2006.

DELEUZE, Gilles. Controle e Devir. Post-Scriptum sobre as Sociedades de Controle. In: Conversações. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992, p. 213-230.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia. Vol 2. São Paulo: Ed. 34, 2000.

FÍGARO, Roseli. Relações de Comunicação no Mundo do Trabalho. São Paulo: Annablumme, 2008.

FÍGARO, Roseli. Introdução. In: FÍGARO, Roseli (org.). Comunicação e Análise do Discurso. São Paulo: Contexto, 2012, p. 9-17.

FÍGARO, Roseli; NONATO, Cláudia; GROHMANN, Rafael. As Mudanças no Mundo do Trabalho do Jornalista. São Paulo: Atlas, 2013.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul (org.). Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Petrópolis: Vozes, 2007.

FOUCAULT, Michel. Nascimento da Biopolítica. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREIRE FILHO, João. A Felicidade na Era de Sua Reprodutibilidade Científica: construindo "pessoas cronicamente felizes". In: FREIRE FILHO, João (org.). Ser Feliz Hoje: reflexões sobre o imperativo da felicidade. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

FUCHS, Christian. Como podemos definir vigilância? Revista Matrizes. Ano 5, n. 1, jul/dez. 2011.

FUCHS, Christian. Dallas Smythe Today - the audience commodity, the digital labour debate, marxist political economy and critical theory: prolegomena to a digital labour theory of value. Triple C. N. 10, v. 2, 2012a, p. 692-740.

FUCHS, Christian. Political economy and surveillance theory. Critical Sociology. V. 5, n. 39, 2012b.

FUCHS, Christian. Class and Exploitation on the Internet. In: SCHOLZ, Trebor (org.). Digital Labor: the internet as playground and factory. New York: Routledge, 2013, p. 211-224.

FUCHS, Christian; TROTTIER, Daniel. The Internet as surveilled workplace and factory. In: GUTWIRTH, Serge et alli (org.). European Data Protection: coming of age. Dordrecht: Springer, 2013, p. 33-57.

GINZBURG, Carlo. O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido

pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GROHMANN, Rafael. Os Discursos dos Jornalistas Freelancers Sobre o Trabalho: comunicação, mediações e recepção. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Orientador: Roseli Aparecida Figaro Paulino

HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. Rio de Janeiro: Ed. Loyola, 2001.

JENKINS, Henry. Cultura da Convergência. São Paulo: Aleph, 2009.

KÜKLICH, Julian. Precarious Playbour: modders and the digital games industry. Fibreculture Journal, v. 3, n. 5, 2005.

McKERCHER, Catherine; MOSCO, Vincent. Introduction: theorizing knowledge labor and the information society. In: McKERCHER, Catherine; MOSCO, Vincent (org.). Knowledge Workers in the information society. Lanham: Lexington Books, 2007.

MORAES, Dênis de. Sistema midiático, mercantilização cultural e poder mundial. In: MORAES, Dênis; RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascual. Mídia, Poder e Contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 19-52.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. Multidão. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SCHAFF, Adam. Linguagem e Conhecimento. Coimbra: Almedina, 1976.

SMYTHE, Dallas. On the audience commodity and its work. In: DURHAM, Meenakshi; KELLNER, Douglas (org.). Media and Cultural Studies: keywords. Malden: Blackwell, 2006.

SOUZA, Jessé. Os Batalhadores Brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

TAO-WU, Chin. Privatização da cultura. A intervenção corporativa nas artes desde os anos 80. São Paulo: Boitempo/Sesc, 2006

TROTTIER, Daniel. Social Media as Surveillance: rethinking visibility in a converging world. Farnham: Ashgate, 2012.

WEBER, Max. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Vol. 2. Brasília: Ed. UnB, 1999.

WU, Tim. Impérios da Comunicação: do telefone à Internet, da AT&T ao Google. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.